

Balanco Patrimonial - Ativo

	Notas explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.135.395	1.100.612
Contas a receber	8	357.505	182.045
Estoques		18.488	39.682
Impostos a recuperar	9	13.399	84.111
Adiantamento para empregados		5.802	7.056
Despesas antecipadas		5.049	9.000
Outros ativos	12	32.121	64.484
Total do ativo circulante		1.567.759	1.486.990
Não circulante			
Caixa restrito	7	137.472	125.212
Contas a receber	8	694.058	307.036
Depósitos judiciais	14	233.782	207.092
Investimentos	10	2.204	496.432
Imobilizado	11	146.275	216.084
Intangível	11	29.007	36.439
Total do ativo não circulante		1.242.798	1.388.295
Total do ativo		2.810.557	2.875.285

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balanco Patrimonial - Passivo

	Notas explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	15	168.377	197.436
Empregados e Banco	13	-	54.460
Cargos de terceiros		26.162	25.831
Encargos trabalhistas	16	186.303	262.512
Provisão para PCIT ADIVI	17	176.606	67.764
Tributos a recolher	9	36.742	27.916
Reservata de lucros	20	80.327	79.245
Provisões a cumprir estar		5.517	7.729
Receitas antecipadas	18	449.110	229.961
Outras obrigações	19	9.299	10.043
Total do passivo circulante		1.114.177	938.317
Não circulante			
Benefício pós-emprego	17	690.100	632.549
Provisão para contingências	14	594.354	570.685
Recursos para aumento de capital	20	736.400	705.294
Outras obrigações	19	22.244	19.642
Total do passivo não circulante		2.051.184	2.127.850
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	21	3.010.471	3.399.439
Acréscimo para futuro aumento de capital	21	995.397	1.349.643
Prejuízo acumulado	21	(4.197.371)	(3.969.879)
Ajuste de avaliação patrimonial	21	(880.601)	(958.285)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(555.304)	(190.882)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		2.810.557	2.875.285

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações de Resultado

	Notas explicativas	2021	2020
Receita operacional líquida	22	1.844.422	1.584.423
Custos dos serviços prestados	23	(1.166.741)	(1.456.438)
Lucro operacional bruto		677.681	127.985
Despesas gerais e administrativas	23	(516.156)	(1.138.836)
Outras despesas		(55.123)	(29.610)
Outras receitas		525.686	46.042
Resultado de equivalência patrimonial	10	(553.109)	(954.092)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		78.979	(1.948.511)
Despesas financeiras		(44.164)	(22.171)
Receitas financeiras		134.137	149.326
Resultado financeiro líquido	24	89.973	127.155
Resultado operacional antes do OBU		168.952	(1.821.356)
Recursos aplicados em bens da união	26	(385.144)	(378.034)
Resultado líquido do período		(216.192)	(2.199.390)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2021	2020
Prejuízo / lucro do período	(216.192)	(2.199.390)
Benefício pós-emprego	77.684	992.457
Total de resultados abrangentes do período	(138.508)	(1.206.933)
Total de resultados abrangentes atribuível aos acionistas	(138.508)	(1.206.933)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021	Notas explicativas	Capital social	Acréscimo para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2020		3.399.439	1.349.643	(3.969.879)	(958.285)	(938.082)
Integração de Ações (na emissão)		443.767	(443.767)	-	-	(67.764)
Bônus Capital Social (na emissão)		(20.718)	-	-	-	77.684
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(216.192)	-	(216.192)
Prejuízo período		-	-	-	-	(138.508)
Em 31 de dezembro de 2021	21	3.819.427	1.242.798	(4.197.371)	(880.601)	(555.304)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do período	(216.192)	(2.199.390)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Receita aplicada em bens da união	301.144	216.014
Ajuste de avaliação patrimonial	77.684	93.419
Provisões para processos trabalhistas, cíveis e trabalhistas	24.250	41.599
Depreciação e amortização	45.209	69.211
Perda por redução do ativo imobilizado e intangível	(68.24)	(63.569)
Valor realista dos bens lançados	99.922	34.828
Benefício pós-emprego	(134.413)	(172.209)
Integração POTA	63.396	(66.397)
Comprovação material do adiantamento (aumento de Capital Social)	31.366	16.528
Prejuízo em Equivalência Patrimonial	559.109	954.092
Ajuste ao Valor Justo	(81)	(299)
	689.466	(807.936)
Variação nos ativos e passivos		
Caixa restrito	(12.281)	12.023
Outros não circulantes	(602.482)	62.020
Estoque	21.394	52.44
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	79.712	69.622
Adiantamento para empregados	1.254	(2.829)
Despesas antecipadas	3.681	(2.239)
Outros ativos	32.983	(37.130)
Deposito judicial	(28.900)	66.232
Fornecedores de bens e serviços	(33.579)	(47.509)
Cargos de terceiros	331	(2.019)
Encargos trabalhistas	(78.209)	27.916
Impostos, taxas e contribuições a recolher	7.625	(16.629)
Provisões complementares	(2.212)	(1.878)
Fundo	219.449	(47.769)
Receitas antecipadas	2.859	(9.108)
Outras obrigações	2.859	5.517
Caixa líquido aumentado (ou diminuído) operacionalmente	555.304	(792.525)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado (intangível)	(7.005)	(23.469)
Investimento	(64.584)	(8.494)
Receitas obtidas em bens da união	(385.144)	(378.034)
Recursos de terceiros	20.382	(33.015)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(116.950)	(452.462)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Receitas para aumento de capital	-	10.000
Resolução de ações (na emissão)	(297.14)	54.420
Emprestimo Bancário	(64.600)	64.600
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(361.744)	64.600
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	347.610	(1.960.345)
Caixa de início do período	1.100.612	1.388.295
Caixa de fim do período	1.135.222	1.197.950
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	347.610	(1.960.345)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Notas explicativas	2021	2020
(-) Receitas			
Receita operacional		1.932.329	1.650.647
Outras receitas		525.686	46.042
Total		2.458.015	1.696.689
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(849.382)	(895.353)
Perdas		(137.197)	(125.690)
Outras despesas		(55.124)	(29.611)
		(1.041.703)	(1,050.654)
(-) Valor adicionado bruto		1.616.312	846.035
(-) Retenções			
Provisões, reversões e perdas		316.770	(184.846)
(-) Depreciação / amortização		(45.069)	(60.211)
(-) Valor adicionado líquido		1.888.013	600.978
(+) Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	134.137	149.326
Resultado de equivalência patrimonial		(553.109)	(954.092)
(-) Valor adicionado total a distribuir		1.469.041	(203.788)
Distribuição do valor adicionado			
Salários e encargos		1.059.533	1.365.767
Tributos		196.392	229.630
Despesas financeiras	24	44.164	22.171
Obras em bens da união	26	385.144	378.034
Lucro (prejuízo) do exercício		(216.192)	(2.199.390)
Valor adicionado total distribuído		1.469.041	(203.788)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, empresa pública propriedade da União, companhia de capital fechado, foi constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária atribuída pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura, sendo-lhe permitido criar subsidiárias e participar, em conjunto com as mesmas, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas, no Brasil ou exterior. A exploração da infraestrutura aeroportuária engloba a construção, a implantação, a ampliação, a reforma, a administração, a operação, a manutenção e a exploração econômica de aeródromos civis públicos.

Com 49 anos de experiência, a Infraero presta serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, contribuindo com a integração nacional e o desenvolvimento do país, com o usufruto de seus clientes que utilizam atualmente os seus 44 aeroportos e 15 Terminais de Logística de Carga (Teca), com operação direta e mediante parcerias com a iniciativa privada. Além disso, participa com 49% nas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos, Campinas, Brasília, Confins e Galeão, compartilhando da governança com poderes de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, no entanto, sem deter o controle.

Em 7 de abril de 2021, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) realizou o leilão da 6ª Rodada de Concessão, composto por 22 aeroportos, agrupados em três blocos (Sul, Central e Norte). O bloco Sul foi formado pelos aeroportos de Curitiba, Foz do Iguaçu, Navegantes, Londrina, Joinville, Bacacheri, Pelotas, Uruguiana e Bagé; o bloco Central por Goiânia, São Luís, Teresina, Palmas, Petrolina e Imperatriz; o bloco Norte por Manaus, Tabatinga, Teré, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Porto Velho e Boa Vista.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República editou a Resolução CPPI n.º 25, em 8 de maio de 2019, estabelecendo que a Infraero poderá alienar suas participações acionárias nas concessionárias dos aeroportos do Galeão, Confins, Brasília e Guarulhos.

1.1. Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Infraero

Para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da empresa foram realizadas as seguintes ações:

- Arrecadação de novas receitas com a prestação de serviços;
- Adequação da estrutura de custos e reestruturação organizacional com extinção de 3 diretorias, 8 centros de suporte e adequação de cargos e funções de confiança;
- Reformulação do plano de saúde dos empregados;
- Continuidade do Programa Especial de Adequação do Efetivo – PEAE com a adequação sistematizada do efetivo, por meio dos programas de desligamento PDITA – Programa de Incentivo à Transferência ou à

3. Principais políticas contábeis

A empresa aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A Infraero classifica os recursos financeiros de caixa, fundos fixos e bancos, incluindo suas aplicações financeiras de liquidez imediata, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a insignificante risco de mudança de valor.

b) Caixa Restrito

A Infraero classifica como caixa restrito as aplicações mantidas em poupança, em virtude dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinados com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. A utilização desses recursos é exclusivamente para atender o licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme trata o art. 36, da Lei Federal n.º 9.985, de 18/7/2000. A Empresa também considera caixa restrito as garantias em moeda corrente, previstas no art. 56, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e as aplicações do Tesouro.

c) Ativos financeiros não derivativos

A Infraero classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Aplicações financeiras; e
- Ações e investimentos em fundos nacionais.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Caixa e bancos;
- Aplicações em contas de poupança;
- Contas a receber;
- Títulos públicos; e
- Depósitos judiciais.

Aposentadoria e DIN – Programa de Desligamento Incentivado;

- Cessão de empregados para órgãos do Governo Federal, no qual está previsto o ressarcimento integral dos custos diretos e indiretos.

Com a política do Governo Federal de dar continuidade ao processo de concessão de aeroportos para a iniciativa privada, estão em planejamento e em implantação diversas medidas para construir uma nova empresa voltada para a comercialização de portfólio de serviços e produtos altamente especializados, atuando em áreas estratégicas, dentre as quais se destaca:

- Elaboração de Plano Diretor;
- Desenvolvimento de Projetos de Aeroportos;
- Planejamento Aeroportuário;
- Licenciamento ambiental de aeroportos;
- Infraero Educação para consultoria e treinamentos;
- Soluções e suporte de TI para infraestrutura aeroportuária;
- Prestação de serviços técnicos especializados;
- Consultoria ambiental, dentre outros

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa apresentou prejuízo no montante de R\$ 216.192 e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R\$ 355.304. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, tendo em vista que as ações de redução de despesa e aumento e geração de receita, bem como estruturação de plano de negócio para exploração de novos serviços, visam promover a sustentabilidade financeira nos próximos exercícios.

1.2. Impactos da Pandemia de coronavírus (Covid-19)

A gradativa recuperação do setor aéreo foi afetada pela segunda onda da pandemia no País, no período de fevereiro a abril de 2021. Com isso, foram retomadas diversas medidas de contingenciamento, dentre elas reduções nas parcelas fixas dos contratos comerciais e postergação de vencimentos dos boletos com prorrogação contratual, de forma a mitigar os efeitos da pandemia em seus parceiros. No segundo semestre verificou-se a retomada da demanda operacional e o crescimento da arrecadação das tarifas aeronáuticas e receitas comerciais, em relação ao ano anterior.

Diante deste cenário, a Companhia continuou adotando medidas de adequação e otimização de gastos, mediante o corte e o contingenciamento de recursos orçamentários, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro, bem como garantir a operação dos aeroportos e dos terminais de carga.

1.3. Cisão da Atividade de Navegação Aérea

Em 30 de junho de 2021, na Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial da Infraero, a fim de atender aos termos da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, resultando na versão dos elementos ativos e passivos relacionados com a prestação de serviços de navegação aérea, incluídos os empregados, o acervo técnico, o acervo bibliográfico e o acervo documental, à empresa a ser criada, NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. Quanto aos

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Infraero mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Títulos patrimoniais

A Infraero possui ações em empresas do segmento de energia e telefonia, classificadas como investimentos e mensuradas ao valor justo. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado, quando aplicável.

Impairment

A Infraero avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Outros instrumentos financeiros

Em relação aos passivos financeiros a Infraero detém em suas operações: dívidas com fornecedores, empréstimos bancários, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento de obras nos aeroportos (a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram), valores a receber faturados em nome da Infraero, mas de propriedade de outras autarquias (recursos de terceiros a repassar), dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado.

d) Contas a receber